



Nº: 8/2025

## LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO E REGULARIZAÇÃO (LOR)

A Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente, por meio do Departamento do Meio Ambiente, criado pela Lei Municipal nº 3.760 de 26 de março de 2007 através da Lei Ordinária nº 3.407 de 05 de abril de 2004, que cria a Política Ambiental do Município de Palmeira das Missões e da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pela Lei Complementar nº 140 de 08 de dezembro de 2011, que qualifica o Município para a realização do Licenciamento Ambiental das atividades consideradas de Impacto Local e baseando-se na Resolução CONSEMA nº 372 de 22 de fevereiro de 2018 que dispõe sobre os empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental no Estado do Rio Grande do Sul, destacando os de licenciamento ambiental de competência municipal, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Estadual nº 10.330 de 27 de dezembro de 1994 e com base nos autos da Solicitação 2002/2024 e Protocolo 626/2024, expede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO E REGULARIZAÇÃO (LOR)**, para:

### IDENTIFICAÇÃO:

EMPRESA/EMPREENDEDOR: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM  
CNPJ/CPF: 95.591.764/0001-05  
LOCALIZAÇÃO: Rua INDEPENDENCIA, , CIDADE UNIVERSITARIA, Centro, 98.300-000  
COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude: -27.921895365721532; Longitude: -53.317250826657414  
CODRAM: 3413,11  
ATIVIDADE: CAMPUS UNIVERSITÁRIO (INCLUSÃO DA ETE SE COUBER)  
PORTE: Pequeno (19,82) AT  
POTENCIAL POLUIDOR: Alto

### INFORMAÇÕES DO EMPREENDIMENTO:

### INFORMAÇÕES GERAIS:

**Requerente:** Universidade Federal de Santa Maria - Campus Palmeira das Missões-RS  
**CNPJ:** 95.591.764/0001-05  
**Atividade:** CAMPUS UNIVERSITÁRIO (INCLUSÃO DA ETE SE COUBER) (CODRAM 3413,11).  
**Solicitação:** LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO  
**Porte:** PEQUENO  
**Potencial poluidor:** ALTO  
**Localização:** Avenida Independência, nº 3751, PALMEIRA DAS MISSÕES - RS  
**Matrícula do imóvel:** 22.834 - CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PALMEIRA DAS MISSÕES - RS  
**Coordenadas geográficas:** LATITUDE -27.92197, LONGITUDE -53.317292

### CONDIÇÕES GERAIS:

#### 1. Sobre a Instituição:

1.1 Este Parecer Técnico contempla única e exclusivamente o Licenciamento Ambiental com vistas ao Requerimento de Licença de Operação e Regularização (LOR) para a Atividade de CAMPUS





UNIVERSITÁRIO (INCLUSÃO DA ETE SE COUBER) (CODRAM 3413,11), tendo como requerente a Universidade Federal de Santa Maria - Campus Palmeira das Missões, inscrito no CNPJ sob o nº 95.591.764/0001-05, sito à Avenida Independência, nº 3751, PALMEIRA DAS MISSÕES - RS.

**1.2 Características do empreendimento:**

1. área do terreno: 700.000,00 m<sup>2</sup> (70 ha)
2. área útil total: 198.200,00 m<sup>2</sup> (19,82 ha)
3. área útil construída (edificações): 13.438,80 m<sup>2</sup>
4. área útil ao ar livre - acessos: 12.600,00 m<sup>2</sup>
5. área útil ao ar livre - uso rural: 651.886,00 m<sup>2</sup>
6. número de edificações: 19

1.3 A instituição foi instalada em área de propriedade da União Federal/ Palmeira das Missões/RS, sob a matrícula 22.834.

1.4 A área do loteamento está inserida na Zona Mista (ZM), conforme a Lei Complementar Municipal 052/2013, sendo permitida a atividade requerida de acordo com a Certidão de Zoneamento nº 15/2023.

1.5. A instituição deverá demarcar as áreas de proteção permanente limítrofes ao empreendimento, naquilo que implica a Lei Federal nº 12.651/2012 e Lei Federal nº 11.428/2006;

1.6. Os requerentes são responsáveis em observar todas as condições expressas neste parecer, respondendo quaisquer danos ao meio ambiente decorrentes do não cumprimento ou má utilização deste;

**2. Quanto ao projeto de esgoto sanitário e abastecimento de água:**

2.1. O tratamento do esgotamento sanitário é constituído de fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro para cada construção, devendo elaboração e dimensionamento em conformidade com as Normas ABNT NBR 7.229/93 e NBR 12.369/97.

2.2. O abastecimento de água através de dois poços artesianos, sendo a Universidade Federal de Santa Maria responsável pelo abastecimento, operação, manutenção e tratamento da água.

**3. Quanto ao sistema de fornecimento de energia:**

3.1 A Rio Grande Energia (RGE) é a concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica a UFSM.

**4. Quanto à cobertura vegetal e arborização urbana:**

4.1. Esta licença não autoriza a supressão de vegetação na área, devendo o empreendedor efetuar a solicitação de corte junto a DMMA;

4.2. No caso de necessidade de supressão da vegetação, deverá ser encaminhado o pedido de Alvará Florestal específico, expedido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

**5. Quanto aos resíduos sólidos:**

5.1 A universidade deverá segregar, coletar, identificar, armazenar temporariamente e encaminhar para devida destinação os resíduos sólidos gerados no empreendimento, observando as NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo (perigosos, recicláveis, orgânicos e rejeitos), até posterior destinação final dos mesmos;

5.2 Os resíduos sólidos à espera da coleta devem ser armazenados em local de acesso restrito, protegido das intempéries e com placas indicativas sinalizando o tipo de resíduo depositado, não sendo permitido, mesmo que temporário, o armazenamento de resíduos em ambientes descobertos ou fora da área da instituição;

5.3 As lâmpadas fluorescentes pós uso deverão ser armazenadas íntegras, embaladas individualmente em papel ou papelão e acondicionadas de forma segura para posterior coleta por empresas especializadas;

5.4 Resíduos sólidos (inclusive embalagens e assemelhados) classificados como perigosos ou Classe I conforme NBR 10.004/04 devem ser retornados ao fabricante/fornecedor ou encaminhados para tratamento e/ou destino final adequados, conforme estabelecido em legislação específica;

5.5 Não poderão ser enviados resíduos sólidos industriais para aterros de resíduos sólidos urbanos, conforme determina a Resolução CONSEMA nº 073/2004;

5.6 Os resíduos oleosos provenientes dos tanques, EPIs contaminados, têxteis, borrachas, filtros e demais resíduos contaminados oriundos da limpeza ou gerados na operação da atividade deverão ser encaminhados para local de tratamento ou destino final devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente;

5.7 Os resíduos sólidos urbanos serão recolhidos por empresa contratada pela prefeitura para este fim, não estando incluídos resíduos de construção civil, resíduos de corte e poda de vegetação, resíduos volumosos e resíduos perigosos em geral, incluindo da saúde, que tem destinação para empresas específicas sob





responsabilidade total do gerador.

5.8 Deverá ser verificada a vigência do licenciamento ambiental das empresas para as quais os resíduos serão coletados e encaminhados, pois seguindo o que estabelece o Artigo 9º do Decreto Estadual nº 38.356/1998, cabe à fonte geradora, independente da contratação de serviços terceirizados, a responsabilidade pela destinação adequada;

5.9 A Universidade deverá atentar quanto ao disposto no Artigo 12 do Decreto Estadual nº 38.356/1998, sobre a “gestão de resíduos sólidos”, referente ao Manifesto de Transportes de Resíduos – MTR, conforme Portaria FEPAM nº 47-95/98;

5.10 Deverá ocorrer a entrega, junto ao DMMA, da Planilha Anual dos Resíduos Sólidos Industriais Gerados, contados a partir da data de emissão desta licença;

5.11 Fica vedado o depósito de resíduos à céu aberto, próximos a núcleos habitacionais (até 800 metros), às margens de rios, lagoas, banhados, ou qualquer outro corpo hídrico;

5.12 É proibida a queima de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas pelos órgãos ambientais competentes, conforme o parágrafo 3º do Artigo 19 do Decreto Estadual nº 38.365/1998, bem como o Artigo 47 da Lei Federal nº 13.305/2010;

5.13 É proibido o uso de fogo para eliminação de qualquer tipo de resíduo florestal, conforme Lei Federal nº 12.651/12, Art. 38, devendo estes serem segregados e destinados à coleta pública municipal ou local licenciado ou ainda a compostagem no local se for autorizada por órgão municipal responsável;

5.14 Não poderá haver qualquer tipo de lançamento de resíduos nos recursos hídricos próximos nem em Áreas de Preservação Permanente (APPs);

5.15 O transporte de resíduos perigosos deverá ser realizado somente com transportadoras devidamente licenciadas junto à FEPAM/RS para “Fontes Móveis de Poluição”, devendo ser transportados, desde a origem ao destinatário, em recipientes ou equipamentos, que evitem derrames ou ou emissões gasosas, sob orientação do responsável técnico pela empresa e de acordo com as normas da ABNT, sendo o expedidor imediato responsável solidário por danos ambientais causados em acidentes;

5.16 A Universidade deverá executar integralmente o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos – PGRS apresentando.

#### **6. Quanto aos efluentes líquidos:**

6.1 Fica vedado o lançamento de efluentes líquidos sanitários em corpos hídricos superficiais ou subterrâneos, ou diretamente sobre a superfície do solo, devendo-se utilizar sistema de tratamento de efluentes seguir as normas NBR-7229/93 e a NBR-13969/97;

6.2 Fica vedado o descarte de produtos químicos, resíduos líquidos oleosos ou águas de lavagem e residuárias que carregam produtos para a rede coletora ou no solo ou em recursos naturais, sem tratamento prévio. Se o tratamento não for suficiente para tornar a água limpa, a mesma deve ser coletada e enviada para local adequado;

6.3 Deverá ser realizada a manutenção e limpeza adequada dos sistemas de tratamento de efluentes, periodicamente, seguindo as recomendações técnicas;

6.4 Deverá ser apresentada análise do efluente líquido tratado, gerado pelos prédios que utilizam produtos químicos, com o objetivo de avaliar a eficiência do sistema de tratamento. Considerando a Resolução CONSEMA nº 355/2017, a análise deverá contemplar os parâmetros exigidos por essa normativa.

6.5 Resíduo oleosos porventura produzidos, deverão ser temporariamente armazenados em local coberto e com piso impermeável e serem encaminhados às empresas que recebem resíduos perigosos classe I, com licença de operação em vigor do órgão ambiental competente;

6.6 O armazenamento de matérias primas, produtos acabados, resíduos sólidos e resíduos líquidos deve ser feito em locais adequados de forma a garantir que, em caso de acidente, fiquem em local estanque (bacia de contenção ou com impedimento de acesso à rede pública ou ao ambiente natural). O local deve ter piso impermeável e ser coberto e protegido de intempéries, observando-se os critérios de construção da ABNT e demais normas técnicas, de modo que os produtos e resíduos possam ser adequadamente recolhidos e destinados;

#### **7. Quanto às emissões atmosféricas:**

7.1 Os níveis de ruído gerados pela atividade deverão estar de acordo com a NBR 10.151, da ABNT, conforme dispõe a Resolução do CONAMA n. 01, de 08 de Março de 1990 e o Decreto Estadual n.º 23.430, de 24 de Outubro de 1974;

7.2 A atividade exercida deverá ser conduzida de forma a não emitir substâncias odoríferas na atmosfera em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites da área do empreendimento;







7.3 Fica vedado a emissão de poluentes atmosféricos (material particulado, substâncias odoríferas ou tóxicas, etc.) que venham a necessitar da retirada, dos habitantes das áreas afetadas, mesmo que momentaneamente, ou que venha a provoquem significativo desconforto respiratório ou olfativo ao entorno de forma recorrente;

#### **8. Quanto à segurança, prevenção, e proteção contra incêndios:**

8.1 Deverá ser mantido atualizado o Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios - APPCI, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do estado do Rio Grande do Sul - CBMRS, em conformidade com as normas em vigor.

#### **9. Quanto aos aspectos de proteção e segurança:**

9.1 Deverão ser observadas as normas de segurança e saúde dos trabalhadores, com o material para situações de acidente e emergência claramente identificados e de fácil acesso;

9.2 Os funcionários devem utilizar todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários de acordo com as normas regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, destinados a proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a saúde;

9.3 Os equipamentos devem ser providos de sistema de proteção a acidentes visando a proteção dos operadores, conforme a NR 06, NR 09, NR 12 e as portarias que a acompanham;

9.4 O armário para equipamentos de proteção individual deverá estar limpo e organizado;

9.5 A área licenciada não deve permitir a circulação de pessoas estranhas aos serviços sem prévia orientação;

9.6 Em caso de acidente ou incidente com risco de danos a pessoa e/ou ao meio ambiente, o Departamento Municipal de Meio Ambiente (DMMA) deverá ser diretamente informado pessoalmente ou por telefone no número (55) 3742-7319.

#### **10. Quanto à preservação ambiental:**

10.1 Este empreendimento deverá seguir o regime jurídico de conservação, proteção, regeneração e utilização no que se refere a utilização e proteção de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, conforme estabelecido pelas Leis Federais nº 11.428/2006 e 12.651/2012, bem como pelo Decreto Federal nº 6.660/2008;

10.2 É proibido qualquer tipo de ação contra os animais silvestres (Lei Federal nº 5197/67). De acordo com a Lei Federal nº 9.605/1998, incorre em crime contra a fauna quem matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida;

10.3 Deverão ser preservados locais de refúgio, reprodução, alimentação e dessedentação da fauna;

10.4 Não está autorizado nenhum tipo de intervenção na vegetação nativa do local e do entorno em qualquer estágio de regeneração sem prévio licenciamento florestal pelo órgão ambiental competente e apresentação de reposição florestal obrigatória;

10.5 Fica proibido o corte de vegetação nativa em Áreas de Preservação Permanente conforme Lei Federal nº 12.651/2012;

10.6 As Áreas de Preservação Permanente referentes às margens dos recursos hídricos e banhados deverão ser preservadas de acordo com a Lei Federal nº 12.651/2012 e suas alterações;

10.7 Deverão ser preservadas, em qualquer situação, exemplares de espécies nativas protegidas, conforme Lei Estadual nº 15.434/2020, Decreto Estadual nº 42.099/2002 e Lista de Flora ameaçadas de extinção conforme instrução normativa nº 06/2008 do Ministério do Meio Ambiente, devendo o empreendedor apresentar solução para manutenção dos exemplares a ser aprovada pelo Departamento Municipal do Meio Ambiente (DMMA);

#### **11. Quanto à publicidade, abrangência e validade da licença:**

11.1 Esta licença deverá ser mantida durante todo o período de vigência fixada em local de fácil visibilidade para fins de controle e fiscalização, e a renovação da mesma deverá ser solicitada no em até 120 dias antes do vencimento;

11.2 Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais;

11.3 Havendo alteração nos atos constitutivos, a Universidade deverá apresentar, imediatamente, solicitação de análise da alteração ao DMMA de Palmeira das Missões RS, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento.

11.4 Este documento licenciatório perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não





correspondam à realidade, algum prazo estabelecido nas condições acima seja descumprido ou qualquer tipo de modificação seja realizada sem a devida autorização do órgão ambiental responsável.

#### CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:

1. Apresentar comprovantes de destinação de resíduos produzidos pela UFSM. Apresentação anual.
2. Apresentar APPCI (Alvará dos bombeiros) válido. Prazo de 12 meses.
3. Apresentação de um relatório do projeto da situação de regularização dos poços tubulares inativos e ativos. Prazo de 12 meses.
4. Apresentação de relatório do projeto de monitoramento, controle e manutenção dos efluentes químicos gerados nos laboratórios, destinados às fossas e filtros da instituição, incluindo a análise desses efluentes, com o objetivo de comprovar a eficiência do sistema e identificar possíveis interferências dos reagentes químicos. Apresentação anual.

#### RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

1. O Diretor do Campus **Dr. Adriano Lago**, Matrícula SIAPE 1764867 representante da Universidade Federal de Santa Maria, inscrita no CNPJ sob o nº 95.591.764/0001-05, é responsável em observar as condições e restrições dispostas na Licença de Operação e Regularização (LOR), respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrente da má utilização da mesma;
2. A Engenheira Sanitarista Ambiental **Nicolli Reck** (CREA-RS 230183, ART nº 13717130) é a responsável técnica pelas informações prestadas no processo administrativo de licenciamento ambiental, visando à obtenção da Licença de Operação e Regularização (LOR). O Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Florestal, Engenheiro de Segurança do Trabalho e Técnico Agrícola Israel Carlos Trezz (CREA-RS 126976, ART nº 3000619) é o responsável pela elaboração do projeto e dos estudos técnicos necessários ao processo de licenciamento. O Geólogo Jonas Monteiro da Silva Avelino (CREA-RS 215058) é o responsável pelo memorial de cálculo dos parâmetros hidráulicos, projeto operacional e projeto de tamponamento do poço tubular profundo. O Engenheiro Mecânico Alberto Togni (CREA-RS 232331) é o responsável pelo laudo de desinfecção do poço tubular. O Geólogo Claudio Pereira de Oliveira (CREA-RS 044866) é o responsável pela execução da outorga de uso da água subterrânea, elaboração do relatório de perfil geológico, perfil construtivo, parecer hidrogeológico conclusivo e projeto operacional do poço.

#### RENOVAÇÃO/NOVA LICENÇA:

**Para a renovação da LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO), o empreendedor deverá apresentar:**

1. Requerimento solicitando a renovação da Licença de Operação;
2. Cópia da Licença de Operação;
3. Formulário preenchido para o licenciamento ambiental da atividade, obtido do Departamento Municipal do Meio Ambiente de Palmeira das Missões;
4. Laudos, levantamentos, memorial descritivo e fotográfico, reunidos no projeto técnico demonstrando que a atividade permanece inalterada, isto é, com a mesma capacidade produtiva e instalações;





5. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos responsáveis técnicos pela oficina e informações;
6. Comprovante de pagamento das taxas de Licenciamento Ambiental, conforme legislação municipal em vigor;
7. Matrícula do imóvel atualizada em 90 (noventa) dias;
8. Cópia do comprovante de análises de efluentes líquidos e tratamento, retorno ao fabricante e/ou destino final dos resíduos sólidos gerados no empreendimento no período de validade desta licença;
9. Apresentar a comprovação da destinação final dos resíduos gerados pela UFSM nos últimos dois anos.
10. Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios – APPCI, em vigor, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do estado do Rio Grande do Sul - CBMRS;
11. Cópia do Alvará de Localização e Funcionamento expedido pela prefeitura municipal de Palmeira das Missões/RS;
12. Entre outras informações e documentos que o DMMA julgar necessário.

Havendo alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, à Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento.

Este documento licenciatório perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade ou algum prazo estabelecido nas condições acima seja descumprido.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Esta licença deverá estar no local da atividade para efeito de fiscalização, e a renovação da mesma deverá ser solicitada no em até 120 dias antes do vencimento.

#### **ORIENTAÇÕES AO EMPREENDEDOR:**

- O empreendedor deverá respeitar e fazer cumprir, integralmente, as normas estabelecidas pela legislação vigente, respeitando o que consta nesta licença;
- Ocorrerem caso de alterações nos atos constitutivos, a empresa deverá informá-las imediatamente ao Departamento Municipal do Meio Ambiente, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento;
- Este documento licenciatório perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade ou alguma condição e restrição imposta por esta licença seja descumprida.
- Caso haja qualquer alteração significativa na atividade ou mudanças na legislação ambiental ora em vigor, este documento poderá ser revisado ou revogado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Meio Ambiente;
- Esta licença tem caráter de viabilidade ambiental e somente é válida para o porte e condições contidos no presente documento e pelo período determinado, não sendo permitido iniciar quaisquer atividades sem a prévia autorização deste órgão, por meio da concessão de licenciamento correspondente às necessidades do empreendimento;
- A presente licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais, sendo válida somente acompanhada do Alvará de Funcionamento da Prefeitura;
- A Fiscalização Ambiental poderá fazer vistorias no local para verificação de qualquer agravante de ordem ambiental em qualquer momento;
- A renovação desta licença deverá ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade.

**ESTE DOCUMENTO DEVERÁ ESTAR DISPONÍVEL NO LOCAL DO EMPREENDIMENTO PARA FINS DE FISCALIZAÇÃO**

**Data da Emissão: 19 de maio de 2025**

Este documento licenciatório é válido para as condições acima de **19/05/2025 a 19/05/2029**.

